

Setor elétrico pode ser o motor da transformação

Quem tem uma necessidade premente, por exemplo, sede extrema, não troca um copo de água hoje por 5 copos amanhã. Ou seja, a garantia da disponibilidade de 5 copos no futuro não é suficiente para renunciar a um copo no presente. No linguajar dos economistas, a taxa de desconto é alta. Já quem tem as necessidades atendidas, por exemplo, está na segunda taça de vinho numa boa refeição, preferirá guardar a terceira taça para ser bebida no dia seguinte. A taxa de desconto é baixa.

Países também têm taxa de desconto diferenciadas. Os desenvolvidos, como os europeus, que conseguem atender às necessidades básicas da população, tendem a se preocupar com o atendimento das futuras gerações. Ou seja, taxa de desconto baixa. Ao contrário, os países que ainda lutam para atender às necessidades básicas da atual geração têm taxa de desconto alta e relutam em pagar o *green premium* (custo extra de uma fonte energética não poluente) no presente para mitigar as mudanças climáticas que se acentuarão no futuro.

Há poucos países que em vez de pagar o *green premium* podem receber um *green bonus*, utilizando o esforço de descarbonização como alavanca para desenvolvimento econômico. A China, ao apostar na eletrificação, é um deles. O Brasil pode ser outro, desde que mantenha sua matriz elétrica 90% renovável até 2050 e impulsione a descarbonização da economia.

O setor elétrico brasileiro, que já é exemplar ao contribuir com menos de 2% das emissões nacionais (contra 30% da média mundial), tem o potencial de ser o motor da transformação do país, por meio do aumento da produtividade e da exportação de produtos com baixo conteúdo de carbono.

Esta é a principal conclusão da Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) com curadoria técnica da PSR (consultoria internacional com sede no Rio de Janeiro), que mobilizou mais de 70 entidades do setor.

No cenário de eletrificação adotado pela Coalizão para 2050, o setor elétrico emitirá anualmente 96 MtCO₂eq (milhões de toneladas de CO₂ equivalente), por efeito da parcela 10% não renovável. Por outro lado, a eletrificação resultará na diminuição da emissão de 145 MtCO₂eq no setor de transportes e de 45 MtCO₂eq no setor industrial. Considerando todas as sinergias, a contribuição líquida anual do setor elétrico para a descarbonização será de 176 MtCO₂eq, o que corresponde a 10% da atual emissão líquida brasileira e 8% da bruta.

Apesar do cenário promissor, a Coalizão alerta para os obstáculos que podem comprometer essa virtuosa trajetória. Principalmente as intervenções na governança do setor para a promoção de subsídios desnecessários, hoje superiores a R\$ 50 bilhões anuais, pagos pelos consumidores.

A Coalizão recomenda redução em pelo menos 90% dos subsídios vigentes até 2050, priorizando apenas os de caráter social. Recomenda também modernizar a estrutura tarifária, fazendo com que os preços reflitam melhor os custos, e vedar a contratação compulsória de fontes energéticas não econômicas.

Em síntese, o Brasil tem os ativos e os recursos naturais (água, sol, vento e biomassa) para se consolidar como um *hub* de baixo carbono, mas será preciso aperfeiçoar a governança e a regulação para transformar a possibilidade em realidade.

